

DA PRODUÇÃO CAMPONESA FAMILIAR AO CAPITALISMO: O PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS NO CEARÁ (1988-2008)

Mário Martins Viana Júnior¹
Samuel Carvalheira de Maupeou²

Resumo: Este artigo analisa alguns dos impactos gerados pela instalação do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas, no município de Russas-Ceará. Em específico, foca naqueles sofridos pelas populações camponesas, principalmente, no que diz respeito às suas formas de acesso e uso da terra e seus entendimentos sobre propriedade. Na primeira parte do texto esmiuçamos a dimensão técnica do projeto e concatenamos a sua construção com o debate nacional sobre a irrigação no país. Em seguida direcionamos nossa análise para os interesses e contradições da obra, assinalando o envolvimento do Estado com outros atores como o Banco Mundial. Por fim, perscrutamos documentação inédita sobre as ações de desapropriação no território para (re)construirmos os perfis e as experiências dos sujeitos impactados: proprietários/as, posseiros/as, rendeiros/as e parceiros/as.

Palavras-chave: Ceará; camponeses; perímetro irrigado; propriedade.

FROM PEASANT PRODUCTION WITH A FAMILY TO THE CAPITALISM: THE IRRIGATED PERIMETER BOARD OF RUSSAS IN CEARÁ (1988-2008)

Abstract: This article analyzes some of the impacts generated by the installation of the Tabuleiro de Russas Irrigation Perimeter in the municipality of Russas in the state of Ceará. It focuses specifically on the ones suffered by peasant communities, mainly regarding to their forms of access and use of water as well as their understandings about property. In the first part of the text, we investigate the technical dimension of the project and concatenate its construction to the national debate about irrigation in the country. After that, we direct our analysis to the interests and contradictions of the construction itself, highlighting the involvement of the State as well as other actors such as the World Bank. Finally, we scrutinize unprecedented documents on the expropriation of the territory and (re)build the profiles and experiences of the impacted subjects: landowners, squatters, tenants and partners.

Keywords: Ceará; peasants; irrigation perimeter; property.

* O artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Acadêmica (PIBIC/UFC) e de programa de extensão do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER).

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Coordenador do Núcleo de Estudos em Memória e Conflitos Territoriais (COMTER). E-mail: mario_ufc@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Estadual do Ceará. E-mail: samuelcdemaueou@yahoo.com.br

Introdução: os perímetros de irrigação

Antes da chegada do Perímetro Tabuleiro de Russas [PITR], vivíamos da agricultura, da pecuária, apicultura. Plantávamos milho, feijão, mandioca, tínhamos nossas fruteiras no quintal e criávamos pequenos animais como ovinos, suínos, caprinos, bovinos e aves. A gente tinha o açude, casa de Farinha. Tudo era em pequena escala, mas o suficiente para garantir o sustento de nossas famílias, de forma constante e de boa qualidade sem o uso de agrotóxico. Antes era tudo sossego [...] A gente se ajudava nos momentos difíceis. Nas horas de sofrimentos tinha sempre alguém ali do nosso lado. [...] A gente era feliz e não sabia.

Hoje é só destruição, o DNOCS chegou [...] tivemos que vender nossos animais e algumas famílias mudaram para periferia da cidade e não se adaptaram à nova vida, muitos adoeceram, ficaram depressivos e perderam a tranquilidade também. Mas o maior impacto do perímetro é a questão da terra. A gente não tem mais direito de produzir do nosso jeito, a gente não tem mais nada! (LIMA *et al.* 2014:1) (grifo nosso).³

Produzido dentro de um contexto de luta e resistência organizada pelas comunidades rurais na região do Baixo Jaguaribe no Ceará, o documento acima marca duas temporalidades bem específicas, tomadas a partir da construção do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (PITR) pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Por um lado, o tempo da felicidade expresso no sustento, no sossego e na solidariedade, isto é, em uma organicidade própria dos sujeitos naquele território. Por outro lado, o tempo da destruição produzida por elementos exógenos e materializada na expulsão das famílias, nos confrontos, no adoecimento dos indivíduos e, principalmente, na perda da terra e das suas correlatas possibilidades de produção e criação autônomas.

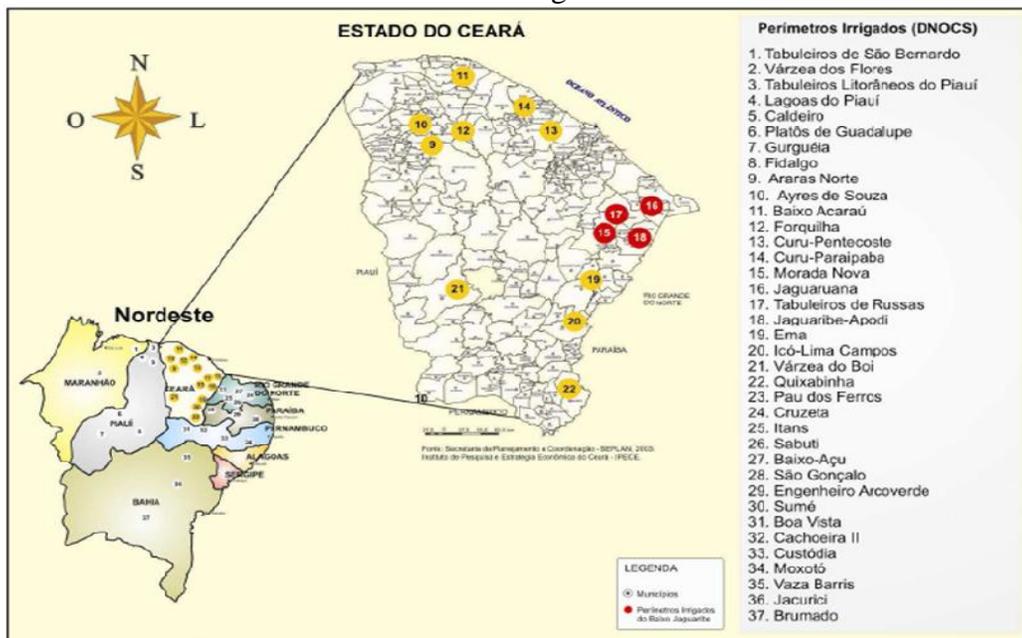
A uma distância de 162 km da capital cearense (Fortaleza) e situado a 23 km do rio Jaguaribe (o maior do Estado do Ceará), o Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas foi construído em duas etapas, iniciadas nos anos de 1988 e 2008, na região do Baixo Vale do Jaguaribe cearense. Representava a materialização de estudos e projetos intervencionistas anteriores, elaborados desde a década de 1960, com foco na política desenvolvimentista do país:

³ Trata-se de documento intitulado “Carta do Tabuleiro de Russas” escrito por quatorze moradores daquele território no ano de 2014. Esta Carta foi agrupada a outros documentos no “Dossiê Perímetros Irrigados - Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido”. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-do-tabuleiro-de-russas/> Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

Os estudos realizados pelo poder público no Vale no Jaguaribe têm como principal referência, no âmbito da valorização agrícola, o Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe, a nível no plano diretor, realizado pela SUDENE. Este importante trabalho, que se iniciou em 1962, possibilitou uma série de ações voltadas para a valorização econômica do vale, mercê do seu elevado potencial de água e solos [numa região designada como] Zona de Transição Norte dos Tabuleiros de Russas (SONDOTÉCNICA-HIDROPROJETO, 1993: 8).

No final da década de 1980, o PITR era assim concebido de forma teórico-prática dentro de uma lógica que objetivava a criação e expansão de um grande polo de desenvolvimento agrícola e agroindustrial no Ceará: 50 mil hectares (ha) de terras irrigadas distribuídas entre os perímetros de Russas, Morada Nova, Jaguaruana e Jaguaribe-Apodi. Essas ações estavam alinhadas com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) de 1986, cujos objetivos eram expandir a área irrigada do país de 2,3 milhões de hectares para 5,3 milhões até 1990 (COELHO NETO, 2009). O impacto da construção dos perímetros na região pode ser melhor visualizado na Imagem 1:

Imagem 1



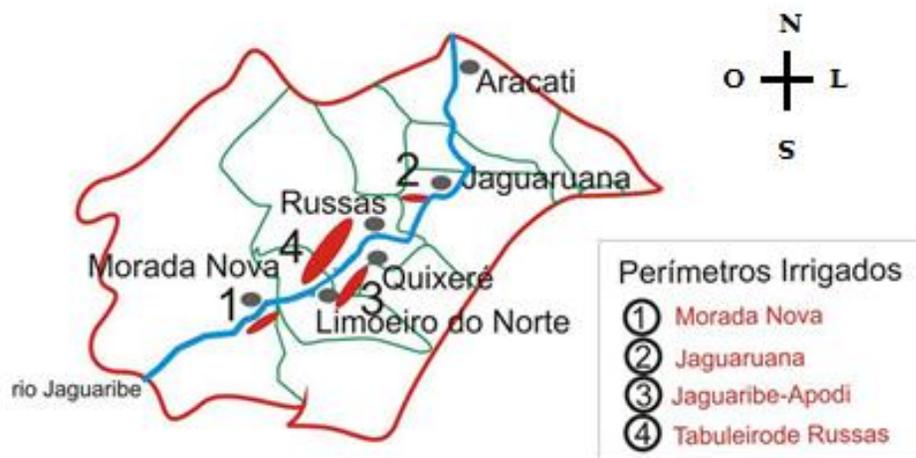
Fonte: DNOCS/Ministério da Integração, 2007; organizado por Freitas (2010).

DA PRODUÇÃO CAMPONESA FAMILIAR AO CAPITALISMO: O PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS NO CEARÁ (1988-2008)

Envolvendo os municípios cearenses de Morada Nova, Limoeiro do Norte e Russas, o Pitr se tornou o maior perímetro de irrigação em extensão do Estado do Ceará, alavancando 10.666 ha em sua primeira etapa e 3.365 ha na segunda fase, o que contemplou uma área total de 14.031 hectares irrigados. O projeto em sua origem, entretanto, era ainda mais ambicioso. Conforme dados da empresa Sondotécnica, contratada pelo DNOCS para realização de estudos e trabalhos, além das duas primeiras fases do projeto que deveriam somar 15 mil ha, havia a pretensão de construção de uma terceira etapa contígua às duas primeiras, totalizando 25 mil hectares de Superfície Agrícola Útil (SAL) (DNOCS, 199-), conforme descrito no próprio Decreto de desapropriação:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, área de terra e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 24.471,2900ha (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e um hectares e dois mil e novecentos centiares), necessária à implantação do Projeto de Irrigação "Tabuleiros de Russas", localizado no Município de Russas, Estado do Ceará, de acordo com a planta constante do Processo PROINE nº 43000.001990/88-11, e assim descrita [...].⁴

Imagem 2



Fonte: Ferrão, Braga e Pozzer (2014)

⁴ BRASIL. Decreto Nº 97.143, de 29 de novembro de 1988. *Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação "Tabuleiros de Russas", no Município de Russas, Estado do Ceará, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE e dá outras providências*, Brasília, DF, nov. 1988.

Retomando a Carta do Território citada acima para compreendermos as difíceis experiências dos moradores/as das comunidades rurais, inferidas a partir da construção do PITR, é possível observarmos uma mudança de orientação e estratégia do Estado nesses espaços. A instalação dos perímetros, a partir da década de 1960, no Nordeste, significou a tentativa confessa de transformar as variadas e diversas unidades de produção camponesa em produtores capitalistas de mentalidade empresarial com vistas ao atendimento das demandas do mercado interno.⁵ Assim, ao invés da histórica política paternalista de socialização de verbas para os coronéis no Nordeste, o poder central passou a focar em “patrocinar a modernização capitalista” no campo (BURSTYN, 2008:112).

Daí os ataques sentidos pelos camponeses/as⁶ em suas formas costumeiras e cotidianas de acesso e uso da terra, em seus entendimentos sobre propriedade, suas práticas de solidariedade, trabalho e organização social e produtiva, gerando um reconhecido conjunto elástico de aspectos traumáticos diretamente relacionados a estas formas de intervenção:

O DNOCS tem consciência de que a construção de obras hídricas, principalmente as de grande porte, sujeitas a indenizações de extensas áreas de solos, num amplo processo desapropriatório, tem em todas as situações, um caráter traumático, provocando sérios impactos na população domiciliada nessas áreas (grifo nosso) (DNOCS, 2010: 4).

Do ponto de vista técnico não restam dúvidas da grandiosidade desses projetos. A diversidade de conhecimentos que movimenta, aciona e produz era e é estonteante. No caso específico do PITR observamos, apenas na primeira etapa da obra, o redirecionamento das águas do rio Banabuiú, principal afluente do rio Jaguaribe, captadas através de

⁵ A Política de Irrigação, em sua concepção e concretização, tinha como prioridade abastecer o mercado interno. Essa era a defesa de Celso Furtado através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Inclusive, com o argumento de proporcionar a industrialização. A maior oferta de alimentos levaria a menores salários e a um menor custo de produção facilitando o desenvolvimento industrial. E ao ampliar a fonte de alimentos na região era também uma forma de enfrentar as estiagens. Este cenário sofre transformação, pós década de 1980, com a captura dos perímetros pelo agronegócio nacional e transnacional que redireciona os perímetros mais rentáveis à produção de frutas tropicais para exportação (ALMEIDA, 2013).

⁶ Para debate acerca deste termo dialogamos com Welch et al. (2009:9) quando afirma que “[...] o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poli produtores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo”. Para este artigo, de forma objetiva, identificamos como camponeses aqueles sujeitos que eram proprietários/as, posseiros/as, parceiros/as, moradores e rendeiros e cuja produção estava organizada principalmente para o abastecimento das suas famílias e do território em que viviam.

DA PRODUÇÃO CAMPONESA FAMILIAR AO CAPITALISMO: O PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS NO CEARÁ (1988-2008)

bombeamento para barramento específico e espalhadas ao longo de 103 km por canais de distribuição de concreto, além de 89 km de tubulações com projeção de irrigação por aspersão e gotejamento, implementando uma área de 274 km de rede de circulação viária com três núcleos habitacionais administrativos (SONDOTÉCNICA-HIDROPROJETO, 1993: 8).

O sofisticado esquema hidráulico do projeto envolveu a construção de uma Estação de Bombeamento Principal que captava as águas do rio Banabuiú⁷ através de seis conjuntos de moto bombas verticais. Eram então direcionadas através de adutora até uma barragem erigida para discipliná-las (Barragem do Curral Velho), e desta, através de uma segunda adutora, até a entrada do perímetro de irrigação com uma Estação de Bombeamento Secundária que garantia a elevação da água em cinco metros para continuidade de seu percurso até o perímetro de irrigação.



Fonte: (DNOCS, 2007).

⁷ Importante observarmos a centralidade da Barragem do Castanhão e do Eixão das Águas como forma de redirecionar água para o Rio Banabuiú e, dessa forma, possibilitar a existência do PITR. Uma lógica de intervenção e administração das águas concatenada (BRITO, 2016).

Para a distribuição interna das águas na poligonal do projeto, um conjunto de delicados e minuciosos estudos de engenharia permitiu a condução da água por gravidade através de canais de concreto, tubulações e reservatórios contando com um sofisticado sistema automatizado de abertura e fechamento de comportas para o controle da oscilação dos níveis da água. Por fim, como uma espécie de grande condomínio, cada um dos 1.009 lotes desenhados e criados no Pitr, em substituição e sobreposição às propriedades anteriores, possuiria unidades de bombeamento individuais para captar a água e redistribuí-la na irrigação dos terrenos.

Para além do tecnicismo, um perímetro repleto de contradições

Entretanto, do ponto de vista da análise e produção do conhecimento histórico, esses aspectos de implantação do Pitr carecem de uma observação que vá além da simples contemplação da técnica e do deslumbre dos dados quantitativos, pois, à medida que foram sendo abertos novos caminhos para o percurso das águas, uma variedade de impactos se fez sentir no território com a reorientação da agricultura. Mais uma vez auxilia a discussão da Carta do Território como fonte histórica por nos permitir analisar a existência de sujeitos no local-alvo da intervenção, pondo em suspensão a “concepção abstrata” de espaço presente nos estudos de engenharia e nos relatórios técnicos da obra: aquele documento produzido pelos moradores/as não compreendia o território como simples “palco, receptáculo, como mero componente físico, desprovido de dinâmica, vida, identidade, sentidos e sujeitos sociais” (PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS [CE], 2014: s.n.)⁸.

Tal fonte permite ainda dar ênfase à dimensão histórica das relações em torno da terra e da propriedade, destacando a importância de perceber como “as relações de propriedade são relações sociais e, nesse sentido, [como] elas devem ser observadas a partir de uma pluralidade de ângulos” (MOTTA, 2011: 25). No Ceará, mais especificamente no Baixo Jaguaribe, os problemas agrários incitados pelo projeto estavam imbricados nas relações sobre as possibilidades de significado(s) da terra, seus direitos e deveres correlatos

⁸ Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-do-tabuleiro-de-russas/> Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

para os diferentes sujeitos e grupos sociais na região, além de provocar uma reflexão sobre o papel central e germinal do Estado nesses processos.

Para Clifford Welch (2010:378), em um exercício mais amplo de pensar o comportamento do Estado ao longo da história do Brasil acerca dos possíveis significados do termo “propriedade”, é preciso observar como o conceito de “utilidade pública” foi construído e atribuído ao Estado brasileiro desde a Constituição de 1946, endossado pela Carta Magna de 1988. Uma forma de poder unilateral para impingir a desapropriação “por interesse social [ao] forçar o proprietário a vender suas terras caso não fossem bem aproveitadas”.

Tomando como base essa prerrogativa, o governo central baixou o Decreto nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, declarando como de “utilidade pública e interesse social, para desapropriação” toda a área referente ao Projeto de Irrigação do “Chapadão de Russas”: informação contida e replicada incansavelmente nas centenas de laudos de avaliação de terrenos e cadastros de indivíduos e pessoas jurídicas a serem desapropriados (DNOCS, 1988).

A concepção exógena de propriedade remetida à região do Vale do Jaguaribe por meio desta intervenção estatal, e mesmo antes com a criação do Perímetro Irrigado de Morada Nova (1968), buscava se sobrepôr às demais formas já existentes. Alterava a concepção do espaço ao alterar o próprio espaço, as formas de circulação, o uso e o acesso a terra, as formas de organização do trabalho e produção e o destino dos bens agrícolas transformados em produtos comercializáveis no mercado, dando a ver o sentido mais visceral da palavra “agrário” para além dos adjetivos técnicos que esvaziam a questão no âmbito da abordagem histórica (LINHARES; SILVA, 1999: 47).

Enfim, uma reorganização do espaço com base em outra lógica de território, fincada no seu uso como recurso (SANTOS, 1997) através da chegada e da presença de sujeitos/empresas exógenos com vistas ao mercado:

Mercados. Considerando as grandes quantidades de produtos agrícolas e agroindustriais que o Projeto irá originar, justifica-se um detalhado estudo de mercados que deverá levar em conta o seguinte: (a) descrição do produto; (b) análise de evolução do mercado no passado e previsão; (c) previsões em função da evolução provável dos fatores que influenciam a produção e a demanda; (d) escoamento de produção; (e) posição do

projeto em relação ao mercado; e (f) problemas de comercialização (DNOCS, 199-).

Assim, o projeto guardava em sua essência uma contradição irresoluta alicerçada em um tripé. Ao mesmo tempo em que o DNOCS afirmava que iria (i) beneficiar as comunidades rurais impactadas, anunciando que iria chamá-las e envolvê-las, os documentos apontavam a necessidade explícita das empresas contratadas (ii) cumprirem “as normas, procedimentos, avaliações e roteiros do Banco Mundial” com intuito de obter financiamentos para a execução do projeto. Por fim, afirmava que (iii) era preciso que o projeto se “enquadrasse às metas de desenvolvimento do país”, daí a intervenção do Estado capitaneando os trabalhos (DNOCS, 199-: 11-12).

Mais do que um quiproquó envolvendo as comunidades rurais do Vale do Jaguaribe e os interesses da Nação, o que os documentos de realização do projeto põem em evidência é a forma como o Banco Mundial influenciava nas intervenções estatais mediante seu poderio político-econômico, pondo em questão os reais interesses por trás destes projetos.

No geral, conclui-se que, a partir dos anos 1960, sob diferentes formas e com graus de incidência distintos, o Banco Mundial cumpriu um papel relevante em termos de formulação, articulação, indução e catalisação de políticas transnacionais e nacionais de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Suas iniciativas contribuíram para alargar o espaço social de valorização do capital na agricultura e acelerar a mercantilização das terras rurais. Esse sempre foi o objetivo principal do BM e nisso ele foi bem-sucedido (PEREIRA, 2016: 253-4).

Na esfera estadual a atuação desse Banco ocorria pelo menos desde a década de 1980. Em estreita relação com o primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1991; PSDB), a partir de 1987, o Banco foi responsável por um conjunto de empréstimos que, no discurso, objetivavam resolver os problemas gerados pelas estiagens através de “ambiciosos programas hídricos”, mas que na prática acabaram por garantir uma densa infraestrutura para atração de indústrias para a região (BARROS; AFIUNE, 2015). Dessa forma, em acordo com as análises feitas por Coelho Neto (2009:5), podemos afirmar que as políticas de irrigação, tanto em nível estadual como federal, expressavam “os interesses gerais do Estado e das classes que o controlavam”, sem olvidarmos do poder econômico de

instituições financeiras externas ao país, o que confere outra dimensão e amplitude do problema da questão agrária naquele espaço.

A lógica exógena imposta pelo avanço do capital nacional e internacional na região para atender aos anseios do mercado implicou uma reestruturação e reorganização inédita do e no Baixo Jaguaribe cearense, alterando os sentidos e significados historicamente atribuídos a terra, como enfaticamente exposto na Carta do Território. Para a desapropriação dos 10.666 hectares que perfaziam a poligonal de implantação do projeto houve, nos anos de 1988 e 1989, intensa visita ao local para o registro minucioso dos 783 cadastros feitos pelos técnicos da empresa PROSPEC, contratada pelo DNOCS⁹.

Os sujeitos impactados: proprietários/as, posseiros/as, rendeiros/as e parceiros/as

Pensando na sistematização dessas informações criamos um banco de dados específico que possibilitou uma compreensão mais detalhada dos impactos causados naquela região¹⁰. Dos 783 cadastros identificados em nossa pesquisa, 565 faziam referência a propriedades localizadas dentro da poligonal e 218 documentos indicavam terrenos fora do polígono de desapropriação para implementação da primeira etapa. Excluídos os registros que se referiam a pessoas jurídicas¹¹ (15 para a primeira área e 5 para a segunda área) identificamos o total de 550 cadastros de sujeitos impactados diretamente na área do perímetro e 213 inscrições de atingidos indiretamente na parte externa do primeiro desenho do projeto, totalizando 763 levantamentos documentais.

Estes registros dão a ver de forma detalhada a expressividade do impacto da intervenção na vida das pessoas que residiam ou trabalhavam na região, principalmente das pessoas mais simples, como posseiros/as, ocupantes, parceiros/as e rendeiros/as. Os dados

⁹ Estes cadastros foram agrupados em 24 caixas e arquivados na Biblioteca do DNOCS, localizada na Av. Duque de Caxias, 1700, na cidade de Fortaleza/CE.

¹⁰ Para construção do banco de dados utilizamos o programa Excel. O registro das informações foi realizado em 28 entradas: caixa, código do registro, nome do imóvel, distrito, tempo de ocupação, nome, condição, naturalidade, sexo, estado civil, idade, instrução, residência do ocupante, conjunto familiar, idade do cônjuge, área, perímetro, solos irrigáveis, valor, solos não irrigáveis, valor, benfeitorias, valor, valor total, erro, data, assinatura e observação.

¹¹ Dentro da poligonal: Áreas urbanas (Lagoa do Peixe e Sítio Canto), CHESF, Companhia Agro Industrial São José-Capessé, COELCE, DNOCS, Prefeitura de Morada Nova, Prefeitura de Russas e Rumasa Máquinas Automóveis S.A.. Fora da poligonal: Prefeitura Municipal de Morada Nova, Associação dos Agricultores de Morada Nova, Associação dos Agricultores da Canafis, Associação dos Moradores de Croatá.

referentes aos conjuntos familiares ajudam a entender isto. Para os 550 registros dentro da poligonal havia um acréscimo de 2.154 membros familiares, enquanto os 213 cadastros fora da poligonal de desapropriação possuíam uma correlação da ordem de 369 parentes, conforme quadro abaixo:

| QUADRO 1 | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------|--------------|
| | Registros dentro da poligonal | Familiares informados | Registros fora da poligonal | Familiares informados | Total |
| Pessoas físicas | 565 | 2154 | 218 | 369 | 3306 |
| Pessoas jurídicas | 15 | 0 | 5 | 0 | 20 |
| Total (pessoas físicas) | 550 | 2154 | 213 | 369 | 3286 |

Fonte: (DNOCS, 1988).

Para o objetivo deste artigo, apresentamos a análise sobre o conjunto de atividades relacionadas às formas de uso e acesso a terra tomando os dados das propriedades que margeavam a primeira etapa do Pitr. Sua importância reside no fato de serem dados indicativos de propriedades que posteriormente foram incorporadas à segunda etapa do projeto (ou mesmo que poderiam fazer parte da terceira fase, não executada). Isto é, a área descrita como “fora da poligonal de desapropriação” em fins da década de 1980 se tornou alvo de desapropriação em fins do século XX e início do XXI. Esta área, referida no Decreto nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, e investigada pelos técnicos representou 218 registros de propriedades fora da primeira poligonal de desapropriação: uma expressiva área de 5.075,70 hectares¹² com 582 pessoas identificadas/fichadas. Por meio da análise destes dados encontramos a seguinte divisão e proporções no que diz respeito ao tipo de propriedade da terra:

¹² Apenas quatro registros não informaram as dimensões da área pesquisada. São eles: CR-C170, CR-C054A, CR-C055/ CR-055 A e CR/C-096 A. (DNOCS, 1988).



Fonte: (DNOCS, 1988)

Todos os 38 registros de terra envolvendo proprietários/as foram referentes a pessoas naturais de apenas dois municípios que faziam parte da poligonal de instalação do perímetro: 05 cadastros envolvendo indivíduos oriundos de Limoeiro do Norte e 33 de Morada Nova. Em relação à faixa etária encontramos uma média de idade de 68 anos, que nos apontou para uma população dos proprietários/as concentrada na faixa da terceira idade com um arco de diferença de 56 anos entre o mais novo e o mais velho: Francisco Erimar com 40 anos e Francisco Raulino em seus 96 anos completos¹³.

É importante observarmos que, ainda que o tempo de ocupação da terra declarado pelos entrevistados/as aos técnicos da PROSPEC sinalize uma presença maior na região de no máximo até 25 anos (uma geração)¹⁴, nossa hipótese é de que a maioria destes sujeitos já estava no território há mais tempo. Nos anos de 2014 e 2015 realizamos um conjunto de trabalhos de campo com comunidades impactadas pelo PITR. Lançando mão da metodologia da História Oral, com entrevistas sobre histórias de vida¹⁵, registramos relatos que apontam para uma memória de ocupação do território a partir de fins do século XIX e início do XX. Assim, em comparação com outras comunidades da região, nossa hipótese é

¹³ CR/C-247 e CR/C-166, respectivamente (DNOCS, 1988).

¹⁴ 28 registros (74%) com ocupação de até 25 anos e 10 registros (26%) com ocupação de 26 a 50 anos.

¹⁵ Referimo-nos ao programa de extensão “Memória das Comunidades Impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará”, submetido à comissão de avaliação interna do Departamento de História/UFC e aos colegiados do Centro de Ciências Humanas/UFC para cadastrado na Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC). O trabalho resultou em um banco de dados com 62 entrevistas realizadas antes da implementação da Resolução nº 510, de 07/04/2016.

de que o tempo de ocupação declarado nos cadastros remeteu mais ao tempo de regulamentação fundiária da terra do que o tempo real de presença efetiva dos sujeitos naquele território.

Em seu conjunto, essas informações nos permitiram traçar um perfil sócio histórico dos proprietários de terra na região, em fins dos anos de 1980: homens velhos¹⁶, endógenos ao território, possuindo propriedades de tamanho médio de menos de 10 hectares¹⁷. A maioria (68,5%) residia fora do terreno cadastrado desvelando uma relação específica com as suas terras: utilizavam-nas como reserva patrimonial e para fins de criação de animais (caprinos, equinos, ovinos, suínos), cultivo de frutíferas (bananeiras, limoeiros, mamoeiros, cajueiros, etc.), leguminosas (mandioca, batata, etc.) e outras culturas (cana-de-açúcar, etc.).

É possível inferir alguns aspectos desse contexto histórico quando tomamos estes dados em conjunto com análises de outras áreas do Vale do Jaguaribe, principalmente daquelas comunidades impactadas pela construção da segunda etapa do Pitr, anteriormente estudadas por nós¹⁸. A formação da comunidade da Fazenda Maia, por exemplo, se deu a partir das ações e da propriedade do patriarca Francisco Maia. Juntamente com vários outros sujeitos, o trabalho sazonal de reideiros e parceiros garantiu a dilatação das unidades de produção e foi aos poucos sedentarizando os trabalhadores em moradores e posseiros, garantindo o povoamento da área. Aspecto também encontrado na formação da comunidade de Caatinga Grande, no município de Potiretama, distante 140km ao sudeste, já na região do Médio Jaguaribe cearense¹⁹. Dessa forma, encontrada em áreas diferentes da região do Baixo e Médio Jaguaribe, esta parecia ser uma maneira relativamente comum de expansão e ocupação da terra.

¹⁶ Apenas seis proprietárias eram mulheres e 32 eram homens.

¹⁷ Limitamo-nos aqui às medidas assinaladas pelo documento (ver nota 37), não adentrando no mérito do tamanho e classificação conforme o Direito Agrário e o Estatuto da Terra. Assim, observamos que existiam 29 propriedades com menos de 10 hectares, 9 registros entre 10 e 100 hectares e nenhum registro com mais de 100 hectares. Nesse universo distributivo vale a pena ressaltar os casos excepcionais de João Batista Costa, José Ribamar Nunes, Pedro Bezerra, José Saraiva de Lima e Francisco de Oliveira Viana que possuíam propriedades com 66, 52, 49, 36 e 85 hectares, respectivamente.

¹⁸ Referimo-nos aqui às comunidades de Cipó, Junco, Lagoa dos Cavalos, Peixe e Fazenda Maia analisadas no programa de extensão “Memórias das Comunidades Impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará”.

¹⁹ Referimo-nos ao projeto de extensão “Memória e Patrimônio: inventário participativo pelas comunidades do Médio Jaguaribe”.

Histórias de vida: formas de uso e ocupação das propriedades

O cruzamento das histórias de vida de quatro indivíduos ajuda a embasar essas proposições. Partindo do registro de aproximadamente 36 hectares do proprietário Francisco das Chagas de Almeida, identificamos a descrição dos bens da propriedade que indicam significados e formas de uso da terra dele, por ele e por outros três sujeitos: Francisco Mariano, Josefa Gomes e Francisco Lopes Lima. Sob a responsabilidade direta de Chagas foi citada uma área destocada de 14,8 hectares com duas cercas de madeira e pau-a-pique em uma extensão de 3.200m, acrescida do plantio de 231 cajueiros em crescimento, 309 cajueiros em fase de produção e 300 carnaúbas (DNOCS, 1988: Registro CR/C-096).

Muito provavelmente a área cercada era destinada à criação animal e ao plantio em separado. Nessa região, como em outras partes do Ceará, ainda é possível observar técnicas baseadas na ação de brocar o terreno seguida da ação de destocá-lo. A primeira consistiria basicamente no corte da flora existente acompanhada da queima dos sedimentos da vegetação depositados sobre o chão. Depois de o fogo limpar o terreno havia a ação de arrancar os tocos persistentes. Essas ações acabavam por valorizar a área no momento de venda ou, quando alvo de desapropriação, no processo de indenização²⁰.

Seria impossível ao senhor Francisco das Chagas realizar todo este trabalho sozinho, devendo, portanto, contratar trabalhadores por temporada, aceitar moradores e rendeiros, incorporar posseiros nas áreas limites, produzir através do sistema de parceria, entre outras possibilidades. Enfim, lançar mão de práticas comuns no universo rural cearense que lhe auxiliariam na lida diária do seu sítio, o Sítio Lages²¹. Uma dessas práticas registradas pelo técnico da PROSPEC foi a admissão de Francisco Mariano de Almeida como posseiro dentro da área do sítio desde 1964.

²⁰ Ainda que envolvendo trabalhos de ordem diferente, no momento do levantamento cadastral para desapropriação, o DNOCS pagava o mesmo valor de NCz\$ 50,00 (novos cruzeiros) por um hectare de terreno brocado ou destocado. Cf. (DNOCS, 1988: Registro CR-272P).

²¹ Ainda que tenhamos acordo com Carrara (2010:437) quando afirma que desde o século XIX o “[...] o termo sítio foi se fixando com a ideia de pequena propriedade rural”, acreditamos que seja necessário matizar essa proposição a partir de pesquisas empíricas. O sítio citado, por exemplo, possuía 36 hectares de extensão, indo de encontro a essa tendência. Por outro lado, possuía consideráveis benfeitorias. Mesmo assim, é preciso admitirmos a limitação de análise da fonte: não sabemos se a atribuição de sítio foi realizada pelo técnico investigador ou se pelo entrevistado Mariano.

Natural de Limoeiro do Norte, Mariano (53 anos), em 25 anos de ocupação da área, morava no sítio com sua esposa Josefa Gomes de Almeida (60 anos) e a filha Maria Luciana Gomes de Almeida (10 anos). A sedentarização desta família estava expressa na descrição das benfeitorias. Únicos moradores do sítio, viviam em uma boa casa de tijolos de 70,90m², rebocada e coberta com telhas comuns, com esquadrias de madeira, piso de tijolo e cimento, bem pintada, cercada por uma ampla varanda de firmes calçadas (DNOCS, 1988: Registro CR/C-096C).

Na parte interna dispunham de fogão, pia e bancadas construídas de alvenaria de tijolo. Era ali que a família tratava os porcos e as galinhas para fins de alimentação que eram criados no quintal da casa, mais especificamente no chiqueiro de madeira simples com área de 2,89m² e no galinheiro de pau a pique com 7,62m², ambos cobertos por telha comum. Aliás, no fluxo incessante entre os mundos interno e externo da casa, mostrando sua integração, a parte de fora contava ainda com um banheiro de 2,17m² e uma fossa construída com blocos de cimento, além de um tanque e dois cacimbões em separado que auxiliavam na captação e uso da água.

Sob uma perspectiva de produção agrícola camponesa baseada no trabalho familiar, esses sujeitos estavam cercados por frutíferas no ápice da produção: sete bananeiras, dois coqueiros, um limoeiro, dois mamoeiros e duas cajaraneiras. Nesta dinâmica, muito provavelmente havia a drenagem e o direcionamento das águas cinza para as plantas. Contavam ainda com 0,4 hectares de cana de açúcar e outros 3,7 hectares de mandioca que auxiliavam na garantia da diversidade e da segurança alimentar da família com uma rica dieta composta por frutas, carboidratos e proteínas, expressando possibilidades de convivência com o semiárido, se percebermos esta como “um reaprendizado da comunhão intrínseca entre os sujeitos e a realidade do semiárido através das experiências vividas” (SILVA, 2007:476).

Da análise destes dados cadastrais no DNOCS, juntamente com um amplo conjunto de entrevistas realizadas pelo COMTER²² com sujeitos impactados pelo PITR, foi possível observarmos um intenso movimento de trabalho agropecuário com migração interna de posseiros e posseiras que tiveram um papel fundamental, tanto no uso efetivo da terra de

²² Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais. Referimo-nos ao acervo composto por 36 entrevistas realizadas no Tabuleiro de Russas nos anos de 2014 e 2015.

outros proprietários, como na expansão das fronteiras para a realização de atividades agropecuárias próprias, fossem elas individuais ou coletivas.

Neste caso, observamos a existência das experiências dos membros da Associação dos Agricultores da Canafís e da Associação dos Moradores do Sítio de Croatá (DNOCS, 1988)²³: mesmo não dispondo dos títulos das terras tinham uma percepção e entendimentos específicos sobre as propriedades ao fazerem uso coletivo e organizado de aproximadamente 22 hectares. De maneira direta essas associações assumiam uma agricultura de caráter campesino como estratégia de existência e (com) vivência naquela região, pondo em evidência as ações dos sujeitos envolvidos com projeção na cena nacional e internacional:

Por intermédio de grupos organizados, associações comunitárias e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas, desde a década de 1980, as comunidades foram conquistando vários projetos sócio produtivos, obras de infraestrutura, instalando experiências de convivência com o semiárido, diversificando a produção e fortalecendo a organização e os vínculos comunitários [com] algumas alternativas implantadas no território, que tornaram as comunidades reconhecidas nacionalmente, e até internacionalmente, como referência em estratégias de convivência com o semiárido (PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS [CE], 2014: s.n.)

Posseiros, posseiras e rendeiros na dilatação das áreas de produção e na execução das atividades agrícolas

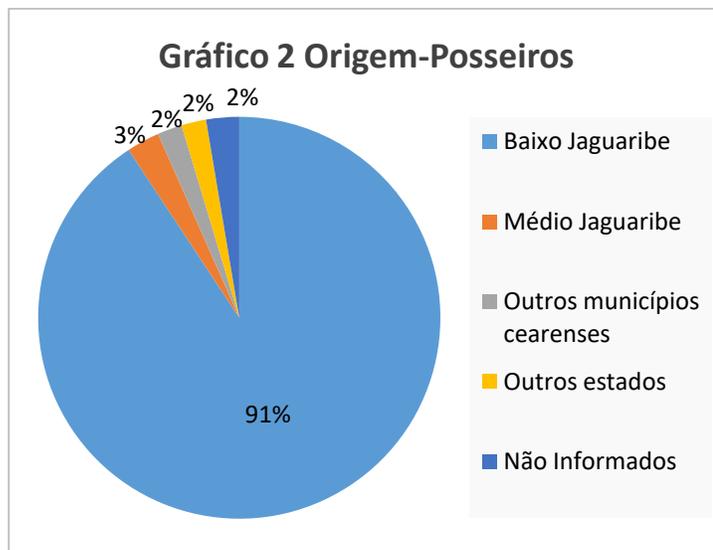
Em tela, a projeção da história de vida de Francisco Mariano não era um registro isolado naquele contexto histórico. No que diz respeito às características sócio históricas dos posseiros na região, a descrição de Mariano encontrou correspondência direta com o perfil predominante que nós identificamos na sistematização e análise dos dados. Entre os 124 registros que envolviam indivíduos do sexo masculino, isto é, 82% do total de posseiros/as, pudemos observar que a grande maioria era casada (81%), alfabetizada (51%), em idade adulta (70%), na meia idade mais especificamente (82%), oriundos da própria região do Baixo Jaguaribe (91%) e residente dentro dos imóveis catalogados (51%) juntamente com suas famílias.

²³ Registros: CR/C-015, CR/C-017A, CR/C-004 e CR/C-005B.

Quadro 2



Na dinâmica entre trabalho-migração-propriedade apenas três posseiros eram naturais de outros estados (Acre e Rio Grande do Norte), três de outros municípios cearenses não pertencentes ao Vale do Jaguaribe (Pacatuba e Pentecoste) e quatro sujeitos da região do Médio Jaguaribe (Iracema e Potiretama). A expressiva maioria tinha origem semelhante à de Mariano (Baixo Jaguaribe: Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas), conforme podemos observar no gráfico abaixo:



De forma quase que diametralmente oposta apresentou-se o perfil das mulheres. Perfazendo 18%, isto é, 27 registros do total de posses no espaço em apreciação, as mulheres cadastradas como posseiras também possuíam estado civil de viúvas (37%), solteiras (33%) e casadas (30%), mas numa proporção inversa à dos homens²⁴. A ampla maioria era analfabeta (81%), encontrava-se na faixa etária adulta (56%), principalmente na meia idade (73%) e residia fora da propriedade (59%).

Na análise por sexo chamou-nos atenção o fato de que, entre todas as nove mulheres posseiras responsáveis pelas propriedades e residentes nelas, apenas uma se declarou casada, três atestaram ser viúvas e cinco solteiras. Todas elas foram identificadas como chefes de suas famílias e estavam acompanhadas de seus filhos e filhas, também posseiros/as. Suas relações com a terra estavam expressas no uso como espaço de morada e para produção. Divergiam das outras 18 mulheres posseiras que residiam fora da propriedade e aparentavam tê-las com o fim de garantia patrimonial, isto é, a posse não era efetivada pela presença, mas pela declaração ao técnico do DNOCS²⁵ e por possíveis formas de arrendamentos, parcerias, entre outros.

Ademais, às mulheres posseiras residentes, ainda que numericamente inferiores às não residentes, somavam-se as histórias de vida de quarenta mulheres posseiras, casadas e

²⁴ 81% eram casados, 12% solteiros e 4% viúvos.

²⁵ Destes registros apenas uma informa sobre alguma benfeitoria no terreno. Referimo-nos à propriedade de Maria Teresinha Farias com 0,4 hectares de terreno destacado.

residentes nas propriedades, mas que não foram identificadas como chefes de família²⁶ e que por isso aparecem em outra posição nos documentos, como no caso de Josefa Gomes de Almeida, esposa de Mariano. Ainda que estas não fossem identificadas como responsáveis pelas propriedades em que viviam, isto não diminui a importância da ação das mulheres posseiras casadas nos processos de uso e ocupação da terra no Vale do Jaguaribe. Atuavam ali, lado a lado com outros sujeitos: proprietários/as, posseiros/as e rendeiros/as.

Josefa Gomes de Almeida, muito provavelmente conhecia e até convivia com Francisco Lopes de Almeida que era rendeiro dentro do mesmo espaço em que ela era posseira, o Sítio Lages. Tal como ela e Mariano, Lopes fazia uso da terra para plantio de algumas culturas, mas devia pagar uma renda ao proprietário Francisco das Chagas. Lopes integrava um grupo de 18 rendeiros que significava 8% das propriedades (ver Gráfico 1). Tomando como comparação o sistema de rendas em comunidades dentro do mesmo espaço em estudo, podemos inferir que a renda cobrada poderia se dar sobre a produção em uma proporção acordada previamente entre as partes e que devia ser repassada no momento da colheita.

Na comunidade da Fazenda Maia, por exemplo, o proprietário estabelecia uma métrica de três para um conforme aquilo que fora produzido pelos rendeiros. A renda, portanto, era paga com parte da produção dos agricultores:

Nós trabalhávamos para nós mesmos, não tinha esse negócio de trabalhar um dia para um e o outro para outro não. Aqui nós éramos moradores do velho, e o que produzíamos dividíamos com ele. Quando colhíamos ele tirava a parte dele. Era 3 e 1: três para nós e um para ele, tirava o feijão, debulhava o feijão e o velho ia lá e perguntava quantos sacos tinham dado, e dividia. O milho também era do mesmo jeito (FREITAS, 2015).

No caso específico de Francisco Lopes sua produção versava sobre uma cultura extremamente comum na região, inclusive cultivada por Mariano e Josefa: a mandioca. Sua área plantada era um pouco menor em relação aos 3,7 hectares de mandioca de Mariano e Josefa: 1,5 hectares. Dada a dinâmica de várias comunidades rurais também girarem em

²⁶ Fizemos a distinção entre dois grupos de mulheres posseiras casadas residentes em suas propriedades. Um grupo diz respeito àquelas que eram chefes de família (um caso apenas) e outro grupo diz respeito àquelas que não eram chefes de família (quarenta casos). Para acessarmos este segundo grupo, identificamos todos os registros com homens posseiros casados que residiam na propriedade e cujos conjuntos familiares foram explicitados.

torno da cultura da mandioca, não é difícil imaginar que a renda de Lopes pudesse ser paga tanto no momento da ‘arranca’, com o tubérculo cru, como no tempo do beneficiamento nas casas de farinha, em sacas de goma ou farinha.²⁷

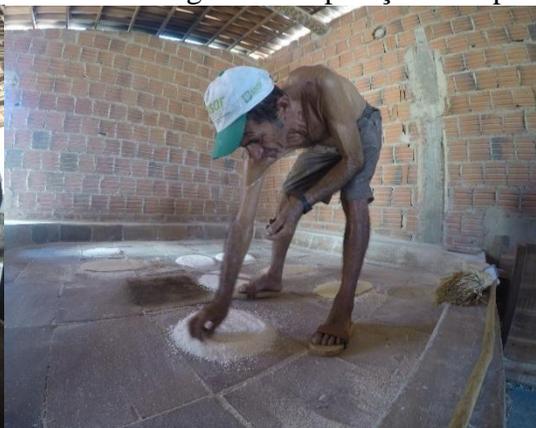
A atividade exercida por Lopes, Mariano e Josefa e muitos outros proprietários/as, posseiros/as, parceiros/as e rendeiros/as é lembrada até o tempo presente como um processo que envolvia as comunidades rurais, desde a colheita até o beneficiamento. A propriedade, nesses casos, destinava-se à produção de alimentos para as pessoas pertencentes ao próprio território. E tal como a liga da goma para a tapioca ou da massa para o beiju, quando aquecidos, a cultura da mandioca nesse território reforçava a liga, os laços entre os membros das comunidades da região: envolvia agricultores/as, raspadeiras/as, operadores de moenda, extratores/as de goma, forneiros, cozinheiros/as e muitos outros no trabalho e no lazer para si. As célebres farinhadas costumavam terminar em festa com a fartura compartilhada proporcionada pelo abate de um porco do dono da casa de farinha, a exemplo daqueles criados no quintal da casa de Mariano e Josefa.

Imagem 3: Preparação do beiju



Fonte: Acervo COMTER

Imagem 4: Preparação da tapioca



Fonte: Acervo COMTER

²⁷ Dentro da poligonal de desapropriação encontramos oito casas de farinha que mediam de 88 a 187 m² e que foram destruídas pelo avanço do PITR (Registros CR-345P, CR-265P, CR-255P, CR—011 B, CR-083B, CR-353P, CR-358P e CR-036B).

Imagem 5: Arranca da mandioca



Fonte: Acervo COMTER

Considerações finais

Os significados historicamente construídos, vivenciados e compartilhados pelos sujeitos sobre a terra na região do Vale do Jaguaribe cearense foram vertiginosamente questionados, confrontados e violentamente interrompidos. Isto se fez sentir pela construção dos perímetros irrigados, em específico pelo Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas, tanto dentro como fora da poligonal de desapropriação, em fins da década de 1980. Este impacto se deu de forma escalonada, haja vista o intento de desdobramento do projeto em três etapas, por mais de vinte anos, envolvendo diferentes áreas contíguas.

A análise dos dados em relação a terra mostrou que a situação de posseiro/a era predominante naquele território cobrindo 72% das propriedades analisadas. Essa imagem encontrada tinha conexão com uma movimentação inédita ocorrida na estrutura fundiária da “Região de Influência Direta no Projeto”²⁸ no interstício 1970-1985. Por um lado, houve um decréscimo das médias e grandes propriedades e, por outro lado, um aumento

²⁸ Englobava os municípios de Alto Santo, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Tabuleiro do Norte. (SONDOTÉCNICA-HIDROPROJETO, 1993: 22).

expressivo em 44% do número de pequenas propriedades delineando o quadro de divisão de terra encontrado em nossas análises e exposto acima no ‘Gráfico 1’²⁹.

Essa expansão, cujos fatores motivadores são difíceis de serem apontados, se caracterizou por uma efetiva ocupação de partes das propriedades de terceiros, como ocorreu nas terras de Francisco das Chagas. Também ocorreu pelo avanço sobre matas naturais destinadas a pastagens e ao cultivo de lavoura permanente e temporária, na ordem de 29,7% e 23,8%, respectivamente, do total da área dos estabelecimentos agropecuários.³⁰ Com base nesses aspectos, concluímos que foi através da pequena propriedade trabalhada principalmente pelos posseiros/as que houve o aumento da ocupação das terras, o que propiciou um desenho específico do território de morada e trabalho para indivíduos como Chagas, Mariano, Josefa, Lopes e vários outros sujeitos.

Este desenho que denotava formas de relação na terra e com a terra foi brutalmente substituído pela nova arquitetura imposta. A lógica exógena instaurada foi de encontro à organização agrária com base na produção coletiva e individual, principalmente na agricultura campestre baseada no trabalho familiar. Identificados e desapropriados, ou simplesmente expulsos, os posseiros/as, parceiros/as e rendeiros/as e suas relações entre si e com a terra tornaram-se alvos do poder público na construção do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas para a territorialização das relações capitalistas no campo.

No novo tabuleiro esquadriado minuciosamente todos que entrariam na poligonal disputando os 1.009 lotes seriam redefinidos como ‘irrigantes’. Passaram então a existir as designações de técnico agrícola, agrônomo e empresa materializando a entrada de outros sujeitos e grupos exógenos ao território. Aos antigos moradores/as, quando muito, coube a disputa no espaço do perímetro na condição de reassentados, colonos ou trabalhadores. Sem terras para criação e produção boa parte deles/as se viram obrigados a vender sua força de trabalho para as empresas que se instalaram no PITR. Daí a lúcida observação na Carta do Território de que era no passado que “nós trabalhávamos para nós mesmos [produzindo] do nosso jeito” (LIMA *et al.* 2014:1).

Dessa forma, o que produzir e como produzir foi objeto de um denso plano de desenvolvimento agrícola que não levou em conta os aspectos históricos e culturais dos

²⁹ Medidas de referência: pequeno (menor que 10 ha), médio (entre 10 e 100 ha) e grande (maior que 100 ha) (SONDOTÉCNICA-HIDROPROJETO, 1993: 23).

³⁰ Censo IBGE de 1980.

antigos moradores e trabalhadores rurais, tais como as farinhadas assinaladas acima. Com foco na observação das características climáticas, dos aspectos socioeconômicos regionais e principalmente das condições e demandas do mercado, a equipe do DNOCS delineou dez culturas³¹ que obrigatoriamente deveriam ser plantadas de acordo com o tamanho das novas áreas e com as características dos novos proprietários.

Os colonos/as, por exemplo, seriam submetidos a uma lógica disciplinar exercida por um gerente nomeado pelo DNOCS que normatizava a produção e controlava o uso da água (BRAGA, 2003). Nessa substituição, sobreposição e (re)organização, culturas totalmente novas³² e estranhas foram impostas, alterando a própria dinâmica das tradições agrícolas e das suas relações socioculturais correlatas. As alterações das propriedades de forma exógena e verticalizada de fato alteraram as relações sociais, culturais e históricas.

Mediante essas ações arbitrárias vinte e duas comunidades rurais³³ foram extintas para implementação de outros formatos de propriedades agrícolas, de outros sentidos para a produção e de outros objetivos para os alimentos: lotes que passaram a servir a outros fins, como a produção voltada para o mercado e o fomento da especulação do mercado de terras na região. Mesmo assim, em 2009 o antropólogo Sérgio Brissac (2009) constatou que apenas 10% da área do Pitr estavam sendo utilizados para produção agrícola. Todo o restante da área do perímetro estava subutilizado, ainda que os sujeitos pertencentes ao território passassem por dificuldades de ordem diversa, como moradia, falta de espaço para cultivo e criação de animais.

Observamos então que as alterações verticalizadas das temporalidades de produção e organização do trabalho e dos sentidos históricos de propriedade no território não foram apenas a imposição de um desenho matemático. Elas implicaram uma destruição traumática de relações sociais no Vale do Jaguaribe cearense com custos elevadíssimos e resultados contraditórios e questionáveis. Aspectos desvelados e denunciados no contexto de luta e produção da Carta do Território que abriu este texto, mesmo vinte anos após o início dos trabalhos de desapropriação da área.

³¹ Abacaxi, abóbora, algodão, citros, feijão, maracujá, melancia, milho, soja e uva.

³² Soja, uva e citros.

³³ Lagoa Salgada; Massapé de fora; Massapé de dentro; Lagoa da Várzea; Sussuarana; Paraíba; Povoado do Mari; Canafístula de Baixo; Baixo dos Azuis; Sítio Córrego Vinte e Um; Córrego dos Estácios; Germana; Açude dos Venâncios; Córrego Salgado; Tanquinhos; Lagoa da Roça; Umari; Iracema; Capece; Liberdade; Baixo Verde; Lagoinha (PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS [CE], 2014: s.n.)

Referências

ALMEIDA, Diego Gadelha de. Agronegócio, agricultura camponesa e conflitos territoriais em torno do Perímetro Irrigado Tabuleiros De Russas - Ce. In: VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2013, Salvador. *Anais do VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação*, 2013, pp. 30-45.

BARROS, Ciro; AFIUNE, Giulia. Seca no Nordeste: desde os anos 1980, o Banco Mundial atua no Ceará. *UOL*, 17/04/2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/17/desde-os-anos-1980-o-banco-mundial-atua-no-ceara.htm>. Acesso em: 13/01/2018.

BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. *Tradição camponesa e modernização: experiências e memória dos colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova (CE)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza.

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. *Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará*. 1ª. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. 330p

BURSTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CARRARA, Angelo. Sítio. In: MOTTA, Marcia (orga.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. Agronegócio e monopolização da produção camponesa no Ceará. *Embornal*, Revista Eletrônica da Associação Nacional de História/Seção Ceará, vol. 8, n. 15, jan/jun. de 2017. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=EMBORNAL&page=article&op=view&path%5B%5D=3024&path%5B%5D=2422>. Acesso em 26/03/2018.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 876, 15 de junio de 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-876.htm>. Acesso em: 26/03/2018.

FERRÃO, André Munhoz de Argollo; BRAGA, Luci Mehry Martins; POZZER, Carlos Eduardo Pozzer. Os Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe no estado do Ceará [Brasil]: uma experiência referencial de projeto territorial sustentável. *Confins* [Online], 21 | 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/9725>. Acesso em 29/01/2018.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. *Marcas da Modernização da Agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do*

Ceará. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Das discussões sobre posse e propriedade da terra na história moderna: velhas e novas ilações. In: _____; SECRETO, Maria Verónica (orgs.). *O DIREITO às avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011.

_____; OLINTO, Beatriz Anselmo. *História Agrária: propriedade e conflito* (orgs.). Guarapuava: Unicentro, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Modernização, combate à pobreza e mercado de terras: uma análise das políticas do Banco Mundial para a agricultura e desenvolvimento rural (1944-2003)*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p.225-258, jan/abr. 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014.

SANTOS, Milton. Da política dos Estados à Política das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais*. Belo Horizonte: [s.n.], 1997.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, pp. 466-485, jul-set. 2007.

WELCH, Clifford Andrew et al (org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. Propriedade. In: MOTTA, Marcia (orga.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Fontes:

DNOCS. *Termo de Referência*. Projeto Tabuleiro de Russas. Elaboração dos estudos de viabilidade técnica, econômica e social e projeto básico da 3º etapa do Projeto Tabuleiros de Russas. Fortaleza: [s.n.], 199-.

DNOCS. *Plano de Reassentamento*. Relatório Geral. Projeto Tabuleiro de Russas. [Fortaleza]: [s.n.], 2010.

DNOCS. *Levantamento cadastral na área do Projeto Chapadão das Russas (CE)*. Fortaleza: [s.n.], 1988.

DA PRODUÇÃO CAMPONESA FAMILIAR AO CAPITALISMO: O PERÍMETRO
IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS NO CEARÁ (1988-2008)

BRISSAC, Sérgio. *Nota Técnica n° 05/09*. O Projeto de Irrigação Tabuleiros de Russas e seus impactos nas comunidades situadas na área. Fortaleza: [s.n.], 2009.

FREITAS, Francisco Holanda de. Francisco Holanda de Freitas: entrevista [Abril 2015]. Entrevistadores: Guilherme Façanha e Dávila Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (duração não disponível). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

LIMA, Osarina da Silva. Carta do Tabuleiro de Russas. In: *Dossiê Perímetros Irrigados - Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido*. Fortaleza: ?, 2014.

PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS (CE): a territorialização do agronegócio e a expropriação das comunidades rurais em transição agroecológica. In: *Dossiê Perímetros Irrigados - Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido*”. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-do-tabuleiro-de-russas/> Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

SONDOTÉCNICA-HIDROPROJETO [Consórcio]. *Tabuleiro de Russas*: detalhamento do projeto básico. Relatório Geral. Volume I. Fortaleza: [s.n.], 1993.

Recebido em: 26 de março de 2018

Aceito em: 22 de maio de 2018